

# política



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Foco na tragédia do Estado

O líder do PDT na Câmara dos Deputados, deputado federal gaúcho Afonso Motta (PDT, foto), fez um balanço para o **Repórter Brasília**, dos principais temas discutidos no Congresso Nacional neste primeiro semestre de 2024. O parlamentar destacou a tragédia climática no Rio Grande do Sul, acentuando que “foi onde os deputados da bancada gaúcha, se envolveram totalmente, nessa situação da tragédia, da perda de vidas e sofrimento com milhares de desabrigados”.



ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

### Estado de calamidade

“No início, a Câmara aprovou o estado de calamidade”, afirmou Afonso Motta, acrescentando que “depois aprovamos, e eu tive o orgulho e a honra de ser escolhido relator do que se tornou o Projeto de Lei Complementar 206, a suspensão da dívida do Estado”.

### Prestação da dívida

Afonso Motta afirmou que o projeto teve transtornos, “teve ocorrências na sua tramitação, embora tenha sido aprovado, quase que por unanimidade, na Câmara e, por unanimidade expressiva, no Senado; representou a postergação do pagamento da prestação da dívida, mais de R\$ 300 milhões, por 36 meses, a juro zero. Uma estimativa de R\$ 23 bilhões que deverão ser investidos em fundos de reconstrução do Estado. Foi uma contribuição muito relevante, de minha autoria, e repito: foi uma honra ter sido escolhido para ser o relator dessa matéria”.

### Créditos subsidiados

Além disso, pontuou Afonso Motta, “várias medidas provisórias que entram em vigor imediatamente, desde aquelas que envolvem crédito, até auxílios diversos que estão em execução, como por exemplo, o caso do voucher, como é o caso dos créditos subsidiados com custos muito inferiores que envolvem financiamentos das empresas e a vários setores atingidos”, diz.

### Catástrofe, sofrimento e desamparo

O deputado avalia que a população sentiu muito, se emocionou, e isso mostra que a sensibilidade não permite fazer distinções. “O sentimento é de catástrofe, sofrimento, desamparo, e ver as coisas não acontecerem no tempo devido. Nós estamos falando de dinheiro público, não estou aqui justificando. Acho que o governo está fazendo, e deve fazer muito mais, mas a gente tem que ter compreensão de contexto. Esse foi o nosso envolvimento, continua sendo. Tem mais de 120 projetos que parlamentares gaúchos têm apresentado nas mais diferentes áreas e, aos poucos, a gente vai colocando nas pautas”.

### Custeio agropecuário

Afonso Motta anunciou que é relator do projeto que entrou na pauta esta semana, de remissão de dívidas de custeio dos produtores rurais e prorrogação dos investimentos por dois anos. O projeto, de autoria do deputado federal gaúcho Luciano Zucco (PL), tem um projeto apensado do deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT) e um projeto apensado do deputado federal gaúcho Dionilso Marcon (PT). “Todos buscando perdoar o endividamento ou prorrogar as dívidas”, diz.

### Retomada econômica

O deputado Luciano Zucco, comemora a aprovação do projeto relatado por Afonso Motta, que visa “a retomada econômica do setor agropecuário gaúcho, tão castigado pelas fortes chuvas. É uma proposta que concede perdão e prorroga o pagamento das parcelas vencidas e a vencer em 2025”.

# Sem repor arrecadação,

## Entrevista Especial

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

O caos se instaurou no Rio Grande do Sul a partir do início do mês de maio, quando intensas chuvas fizeram subir o nível de diversos rios no Estado, devastando muitas cidades gaúchas e afetando tantas outras. Assim, os prefeitos gaúchos têm procurado a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) para resolver a extensa lista de problemas gerados pela tragédia ambiental que comprometeu o orçamento dos executivos municipais.

Para o novo presidente da Famurs, o prefeito de Barra do Rio Azul, Marcelo Arruda (PRD), se esse orçamento não for recomposto, as cidades irão colapsar.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Arruda também fala sobre a necessidade de planejamento a longo prazo dos municípios atingidos pelas cheias: “pensar as cidades para daqui a 10, 20, 30 anos”.

**Jornal do Comércio - Como a Famurs está auxiliando os municípios nesse momento de calamidade?**

**Marcelo Arruda** - A Famurs vive um momento atípico. A entidade representa as 497 cidades do Rio Grande do Sul. Nós estamos com 95 municípios em situação de calamidade, mais de 320 em situação de emergência. Tem sido bastante desafiador. Essa crise climática afetou significativamente a questão estrutural dos municípios. Trouxe a questão habitacional, um problema grave para muitas famílias que moram nessas cidades. E também impactou diretamente a questão econômica. As cidades que foram duramente atingidas e as outras, indiretamente, que estão sentindo os efeitos. É a sétima ou oitava enchente já que atinge o Rio Grande do Sul de 2023 para cá.

**JC - Essa é uma tragédia climática mais acentuada. Tivemos grandes tragédias no Brasil, como na região serrana do Rio de Janeiro em 2011 e Mariana (MG) em 2015, que foram catástrofes localizadas. Aqui, a economia de todo o Estado**

**foi impactada.**

**Arruda** - Sim. E o Rio Grande do Sul vem numa sequência de problemas. Tivemos as secas, que foram 3 anos seguidos, depois veio 2023 com vendaval, chuvas, que começaram em junho do ano passado e teve o evento em setembro. Em novembro, até a minha própria cidade, Barra do Rio Azul, também foi duramente atingida. E agora esses novos efeitos que, apenas seis meses depois, o Estado novamente sofrendo essa destruição. E o evento de maio foi mais doloroso. Os danos e prejuízos são imensos. Dentro da tragédia, há uma oportunidade para vermos um novo cenário para o Rio Grande do Sul. Vamos precisar de cidades mais resilientes, mais preparadas. Esse é o desafio da Famurs. Além de dar todo o apoio para as cidades se recuperarem, também provocamos um grande debate para pensar cidades para 10, 20, 30 anos. Não podemos só reconstruir. Em Barra do Rio Azul, corremos atrás lá em novembro. Pensamos: vamos recuperar, refazer, não vai mais acontecer isso. Não deu seis meses e aconteceu tudo de novo. E pior. É o debate que a Famurs está provocando com seus prefeitos e prefeituras. Temos que pensar, a longo prazo como, reconstruir para dar segurança para a população.

**JC - Na questão da reconstrução de agora, como a Famurs pode auxiliar esses municípios?**

**Arruda** - Primeiro, estar fortalecendo com o governo estadual e com o governo federal... temos que registrar que ambos estão ajudando. Já fizeram vários anúncios, acenos, mas temos reforçado que ainda não é o suficiente para poder recuperar. Primeiramente, tem que ser ágil na recuperação

das moradias. As pessoas não podem ficar em abrigos. Precisamos de uma resposta rápida para não acontecer como o evento de maio do ano passado, no Vale do Taquari, que só agora estão saindo casas, oito meses depois. Defendemos que no prazo de 60 a 90 dias tem que dar o start das novas moradias. Também que sejam atendidas todas as classes sociais - hoje os programas estão voltados só para baixa renda, uma renda familiar até R\$ 4,4 mil. A classe média também precisa de ajuda. Também apoio para a insegurança que os municípios têm vivido da queda arrecadação. Se as cidades perderem todo esse dinheiro, com 40% a menos de repasses de ICMS, vai gerar um colapso nos municípios. Isso vai parar as prefeituras. Temos alertado os governos federal e estadual que precisamos de socorro.

**JC - Quando um prefeito contata a Famurs, qual é o principal pedido? É pressionar o governo federal por recursos? É agilidade na questão da habitação? Quais os principais pleitos?**

**Arruda** - Os prefeitos demandam conforme a proporção dos seus problemas. Quem está com problema habitacional, pede resposta rápida. Os demais têm pedido que o recurso chegue na conta da prefeitura, que não tenha burocracia. Além dos problemas na cidade, o Estado tem vocação agrícola, e temos muitos problemas nas estradas vicinais. Então os prefeitos têm alertado que, por exemplo, o dinheiro que vem da Defesa Civil não dá para recuperar a estrada. Estamos batalhando por recursos para recuperar estradas. O agricultor que está na ponta precisa escoar a produção,



“Vamos precisar de cidades mais resilientes, mais preparadas. Esse é o desafio da Famurs”